

## **As múltiplas faces da linguagem: variedades linguísticas em confronto**

Cibélia Renata da Silva Pires\*

### **Resumo**

A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e subjetivo e, sendo instrumento essencial da comunicação humana, qualquer crítica à linguagem do outro atinge não apenas a atitude linguística do falante, mas o indivíduo como um todo. O objetivo deste artigo é colocar em discussão o fenômeno social da linguagem, apresentando sua diversidade em vários níveis e demonstrando como o preconceito contra a linguagem ultrapassa a esfera linguística, atingindo o nível social e político. Por outro lado, apresentamos algumas sugestões e propomos alguns caminhos a serem tomados por todos aqueles que têm o ensino de língua materna como parte de suas vidas.

### **Palavras-chave**

linguagem, variedades linguísticas, preconceito

## **The multiple faces of the language: linguistic varieties in confrontation**

### **Abstract**

The language is what the man has of more intimate and subjective and, being essential instrument of the human communication, any critic to the language of the another not just reaches the speaker's linguistic attitude, but the individual as a completely. The objective of this article is to put in discussion the social phenomenon of the language, presenting its diversity in several levels and demonstrating as the prejudice against the language crosses the linguistic sphere, reaching the social and political level. On the other hand, we presented some suggestions and we propose some ways to be taken by all those that have the teaching of maternal language as part of their lives.

### **Keywords**

language, linguistic varieties, prejudice

---

\* Doutoranda e mestre em letras na área de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Atua como pesquisadora do projeto de pesquisa da USP intitulado "Formação e expansão do português paulista ao longo do Rio Tietê até o Mato Grosso a partir do século XVI", financiado pela Fapesp e sob coordenação do prof<sup>o</sup> Ataliba Teixeira de Castilho.

## Introdução

O fenômeno da linguagem ocupa hoje um lugar privilegiado entre as ciências humanas e podemos dizer que a Lingüística teve seu papel preponderante na condução desta preferência ao introduzir, ao longo da história, diferentes hipóteses e formas explicativas sobre sua real função. Dentre essas diversas maneiras de estudar a linguagem, vamos destacar três momentos que traduzem um processo gradativo do conhecimento lingüístico.

Em um primeiro momento, uma longa tradição filosófica definiu a linguagem como expressão do pensamento. Até o final do século XIX, representar o pensamento constituía-se em função essencial da linguagem. Mais tarde, a partir dos estudos do lingüista genebrino Saussure, em 1916, a principal função da linguagem passa a ser a comunicação, ou seja, a língua passa a ser vista como um instrumento ou ferramenta de comunicação (VOGT, 1989, p.16). Somente com os primeiros estudos envolvendo a Lingüística textual, a partir dos anos sessenta, na Europa, é que a linguagem passa a ser compreendida como forma de ação ou interação entre os membros de uma sociedade (KOCH, 2001, p. 9).

A partir dos anos sessenta a linguagem humana passa a ser vista como um fenômeno natural e social que está intimamente ligado à necessidade de conhecimento do homem em relação a si próprio e à sociedade de modo geral, pois ela “condensa, cristaliza e reflete as práticas sociais”, além de criar “uma visão de mundo na medida em que impõe ao indivíduo uma maneira de ver a realidade, constituindo sua consciência” (FIORIN, 2004, p.54). É através de sua capacidade de expressão linguística que o indivíduo mantém relações com o grupo social a que pertence, demonstrando que a língua é um fenômeno social não podendo ser estudado fora de um contexto social.

### 1. A língua e o contexto social

A obra do linguista F. Saussure (1916) marca o início de uma nova fase para os estudos linguísticos. Através de seus estudos sobre *langue* e *parole* ou língua e fala, rompeu-se a perspectiva tradicional dos estudos linguísticos que

até então priorizavam a língua escrita. A partir do trabalho de Saussure (1916), o fenômeno da linguagem, centrado agora nas formas dinâmicas da fala, ganha projeção e os estudos linguísticos, até então voltados ao estudo da língua escrita, passam a ser estudados sob um outro prisma. A Linguística, antes submetida às exigências de outros estudos como a Filosofia, Lógica ou História, ganha autonomia e a linguagem passa a ser vista como objeto científico da Linguística.

Esta postura de Saussure em privilegiar a língua falada em detrimento da escrita está ligada às aspirações de ruptura ou desejos de libertação que atingiam todos os setores da vida no começo do século XX. Nesse sentido,

a teoria saussuriana procura libertar o conhecimento e o uso da língua, dos preconceitos de classe, das relações de Poder e da absolutização das formas consagradas, que impediam a livre e criativa manifestação do falar individual e, conseqüentemente, do pensar livre (COELHO, 1986, p.13).

Embora Saussure (1970, p.23), tenha definido a linguagem como um fato social, somente a partir dos anos cinquenta é que a relação entre o fenômeno linguagem e com o meio social passa a ser estudada com maior profundidade. Foi assim que W. Labov, um dos mais importantes sociolinguistas americanos, passou a estudar o uso da linguagem em comunidades linguísticas, abarcando os dialetos e os idioletos em seu contexto social, estabelecendo as diferenças entre as comunidades linguísticas, sem contudo, imputar-lhes juízo de valor<sup>1</sup>.

Podemos dizer que o objeto da Sociolingüística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade lingüística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e quer compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos (ALKMIN, 2004, p.31).

Ao estudar qualquer comunidade lingüística o que podemos perceber de imediato é a existência de uma diversidade e uma variação lingüística, caracterizando diferentes maneiras de falar. Essas variedades lingüísticas podem ser observadas em diversas regiões do Brasil e em diferentes estratos da população.

## 2. O Português do Brasil: uma variedade multifacetada

No Brasil, a partir dos anos setenta, linguistas e filólogos passaram a estudar com maior interesse a linguagem dentro do seu contexto social. Sendo assim, o objeto de estudo escolhido foi o português falado no Brasil, sendo observados os fenômenos e fatores que condicionaram a mudança do português trazido pelos primeiros colonos portugueses do século XVI ao português falado hoje em diferentes contextos.

Trabalhos como o de Amadeu Amaral (1920) na área de dialetologia rural, bem como os projetos coletivos de pesquisa que tiveram início nos anos 70 (a saber, Projeto NURC, PGPF, PHPB e o mais recente projeto Filologia Bandeirante (2000))<sup>2</sup> visavam a um estudo sobre as origens e mudanças ocorridas nesse português em uso no Brasil, utilizando para isso a coleta de material oral e/ou escrito.

Seguindo uma tradição iniciada nos anos vinte por Mário de Andrade e Amadeu Amaral, embora mesmo antes disso já se falasse em uma língua nacional, esse grupo de linguistas brasileiros se dedicou a um estudo aprofundado da língua que falamos. Deste modo, novos temas de investigação foram levantados a partir de diversos aspectos encontrados no português do Brasil que divergiam do português europeu.

Segundo Ilari e Basso (2006, p.14) há algumas hipóteses levantadas que procuram explicar a especificidade do português falado no Brasil. Uma dessas hipóteses afirma que o português do Brasil é mais arcaico que o português europeu e outras hipóteses já colocam que o português brasileiro traz características próprias de algumas regiões de Portugal.<sup>3</sup>

Por outro lado, não podemos nos esquecer das situações em que, no Brasil, o português passou a conviver com línguas diferentes num mesmo território, caracterizando um multilinguismo. A presença de diversas línguas indígenas e africanas e o deslocamento de um grande número de portugueses fez com que aqui florescesse um verdadeiro mosaico de línguas e dialetos que, embora suplantados mais tarde pelo português através da catequização indígena e imposição do português da metrópole, cooperou na caracterização e formação do português falado no Brasil.

### 3. O fenômeno da variação e do preconceito lingüístico

O que se tem observado é que várias pessoas de diferentes formações- professores, historiadores e jornalistas- têm afirmado, até mesmo com certa convicção, que o português falado no Brasil é uma língua homogênea. Esse tipo de postura diante dos fenômenos lingüísticos revela uma visão limitada, senão deturpada sobre a língua e seus falantes, baseando-se apenas no conhecimento de gramáticas prescritivas que, por sua vez, não levam em conta o uso efetivo da língua em seus diferentes contextos de fala.

Privilegia-se assim a língua escrita como modelo padrão ou, em outras situações, identifica-se determinada variante diacrônica ou geográfica com o português correto. Essa visão rígida e preconceituosa em relação aos fenômenos lingüísticos valoriza o registro de apenas uma variedade da língua desconsiderando qualquer outra modalidade lingüística. No entanto, todas as línguas estão sujeitas à variação e à mudança e com o português do Brasil não é diferente. Nele podemos observar vários tipos de variação: diacrônica, diastrática e diatópica.

A primeira, variação diacrônica, é percebida quando comparamos estágios diferentes do português, como por exemplo, um texto escrito em português do século XVII e outro escrito em português do século XXI.. São visíveis algumas mudanças ocorridas em sua gramática no campo da fonologia, morfologia, sintaxe e principalmente no léxico.

O segundo tipo de variação citada, variação diastrática, corresponde à diferença entre o português falado entre os diferentes estratos da população, sendo comparado o “português padrão”, falado pelas pessoas mais escolarizadas, e o “português não-padrão”, falado pelas pessoas com pouca instrução escolar.

Por último, temos a variação diatópica que corresponde às diferenças que uma mesma língua pode apresentar em diferentes regiões de um mesmo país ou entre países diferentes. esse tipo de variação é aceita com menos resistência até mesmo por aqueles que estão convencidos da homogeneidade lingüística do português do Brasil.

Essas variações linguísticas não ocorrem separadamente, o que muitas vezes torna difícil, por exemplo, separar o que é diatópico do que é diastrático. Conforme Ilari e Basso (2006, p. 163), muitas vezes um traço tido como regional, como a queda do “erre” em final de palavras (planejá, viajá, fazê, por exemplo) pode ser encontrado em um contexto menos formal de fala, demonstrando com isso que, num certo momento, pode ocorrer uma variação diatópica junto de uma variação diastrática.

Por outro lado, de acordo com pesquisas recentes de Megale (2000) com o projeto Filologia Bandeirante, Santiago-Almeida (2000) e Castro (2006), ainda é possível encontrar a preservação de traços de um português mais antigo dentro do português falado hoje em certas localidades do Brasil, demonstrando com isso que certos aspectos linguísticos, considerados “tipicamente regionais”, são na verdade um estágio de língua mais antigo.

A fala humana está sujeita à atuação de duas forças antagônicas: a da variedade e da unidade. A força da variedade, se atuasse isoladamente, não permitiria à linguagem a possibilidade de comunicação, uma vez que a linguagem seria pura expressão. Por outro lado, a força da unidade, ou força de unificação faria da língua um código imobilizado, incapaz de criatividade. Portanto, é sob a ação e interação dessa duas forças que as línguas permanecem em constante renovação, sem, no entanto, se desfigurarem:

A dialética dessas duas forças [diversificadora e unificadora] cria condições de estabilidade na língua, ou seja, permite que os falantes de uma geração tenham a ilusão de que a língua praticada é estável. Mas são naturais, a todas as línguas, os fenômenos da variação e da mudança, e as línguas variam e mudam assim como varia e muda a vida do homem na sociedade. (LEITE, 2008, p.57)

A atribuição de valor a uma determinada variedade torna-se, portanto, arbitrária e criada socialmente por razões políticas, sociais e culturais. Deste modo, algumas adquirem uma marca de prestígio, como é o caso da variedade falada por grupos de elite e outras variedades, não usufruindo deste mesmo prestígio social inerente aos seus falantes, são estigmatizadas, como é o caso do português não padrão.

O Português falado no interior de São Paulo é uma das formas deste português não-padrão. Este português rural ou dialeto caipira (como é mais conhecido) é uma variedade que está à margem do processo empregado na constituição da norma culta padrão, ou seja, é basicamente de cunho oral, colocando-se à distância da rigidez do código escrito, e, por este motivo, tem sido considerada uma variedade de menor prestígio social, sendo utilizada por estratos sociais menos privilegiados.

Os falantes desta variedade linguística sofrem uma discriminação social sempre crescente, típicas das sociedades hierarquizadas e como conseqüência disto, perdem a voz e a identidade social. Constantemente, este dialeto caipira tem sido alvo de correções por parte dos defensores de uma chamada norma padrão e, conseqüentemente, os falantes desta variedade linguística são vistos como pessoas totalmente ignorantes, cuja maneira de falar está eivada de erros<sup>4</sup> e deformações linguísticas.

Com o êxodo rural para os grandes centros urbanos, verificou-se um fenômeno especial de variação sociolingüística. Na capital, a variedade linguística utilizada pelo caipira no campo deixa de simbolizar sua região de origem e passa a representar não mais uma variedade regional que o identifica a uma cultura e universo próprio, mas uma variedade social que o coloca como elemento que ocupa uma posição social inferior, devido à sua própria posição socioeconômica precária na sociedade. Cresce assim uma população analfabeta ou semialfabetizada proveniente da zona rural que procura de todas as formas se adaptar ao mundo urbano, incorporando os hábitos lingüísticos de uma elite social urbana.

Sendo assim, a avaliação negativa de erro lingüístico atinge não somente a esfera lingüística como também o indivíduo como um todo. Esta avaliação negativa já ultrapassou a esfera lingüística e hoje se coloca como opressão ideológica e base para discriminação e preconceito. Neste caso, a língua foi utilizada como um marcador de fronteiras de grupos sociais. De acordo com o uso do código lingüístico dos membros do grupo, pode ser indicada uma distinção entre eles e uma conseqüente exclusão social em virtude disto, além de limitar o acesso de determinado grupo social ao poder

(...) A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe. Se não é necessário redigir, é necessário pelo menos entender tal fraseologia por trás do complexo sistema de clichês e frases feitas (GNERRE, 1991, p.22).

Para a Sociolinguística, não existe um único código lingüístico absoluto o qual as pessoas deveriam tomar por linguagem correta porque a própria variedade lingüística reflete a variedade social, assim como a sociedade reflete a diferença de papel entre os indivíduos

(...) Ora, a variação está inscrita na língua. Por outro lado, a variedade dos falares reflete a estrutura da sociedade; a língua é um dos marcadores sociais mais poderosos. Uma língua falada de modo completamente uniforme suporia então uma sociedade sem classes(...)(YAGUELLO, 2001, p. 283)

#### **4. A posição do professor e os caminhos para o ensino de língua materna**

Com a democratização do ensino que teve início nos anos 60 e avanço constante dos estudos linguísticos houve uma preocupação maior por parte dos educadores com as diferentes variedades linguísticas. Hoje, o número crescente de alunos usuários de uma variedade linguística de menor prestígio fez com que cada vez mais a escola procurasse conciliar as diversas variantes linguísticas com a chamada norma padrão culta, passando estas a coexistir num mesmo espaço.

A luta por uma situação de equilíbrio tornou-se inevitável, procurando sempre conscientizar o utente da variedade linguística de menor prestígio sobre a riqueza de sua língua em suas múltiplas formas. Nessa perspectiva, o ensino da língua materna não pode nem deve ter o rigor ditatorial da norma culta padrão com a imposição de um único padrão linguístico como correto, assim como não se deve desprezá-lo em sua totalidade:

Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas

populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais. (SOARES, 1986, p.78)

O papel da Lingüística tem sido de ampliar a visão em relação aos fatos da língua, procurando descrever e analisar as diversas variedades lingüísticas e o uso efetivo de seus falantes, possibilitando ao professor a aplicação de novas estratégias no ensino da língua que passa a ser estudada em toda sua completude, com maior rigor e longe dos estereótipos mais comuns.

Idealmente, o estudante e o professor devem adotar em relação aos fatos a mesma atitude do cientista natural: levantar hipóteses intuitivas, dar a essas hipóteses uma formulação exata, inferir suas consequências e confrontá-las com os fatos, para uma confirmação sempre provisória ou uma refutação (ILARI, 1985, p.11).

Todo esse processo investigativo evita que tanto o aluno quanto o professor adiram a uma posição dogmática e equivocada em relação ao estudo da língua materna, preparando-os para refletir e reagir de maneira crítica, evitando ceder ao preconceito que permeia o senso comum.

Refletir sobre a língua também é um compromisso de cidadania e o professor tem participação efetiva nesse processo, uma vez que sua atuação deve seguir o sentido da inclusão e não da discriminação.

### **Conclusão**

Cada um de nós que esteja comprometido com a luta contra as desigualdades sociais deve reconhecer que pessoas provenientes das camadas populares, falantes de diferentes variedades lingüísticas têm o direito de conhecer a norma padrão sem, contudo, deixar de reconhecer a importância de seu dialeto e o motivo pelo qual ele vem sendo estigmatizado. Entendendo isto, o falante desta variedade não padrão será capaz não só de obter uma maior participação na vida política e lutar contra as desigualdades sociais que o discriminam, como adquirir um poder de transformar sua condição de excluído das relações sociais que norteiam sua vida.

O objetivo maior do ensino é preparar o cidadão conhecedor de toda a riqueza linguística presente nas diversas variedades que compõem o português do Brasil, privilegiando não apenas uma modalidade linguística, mas procurando a valorização da linguagem como um todo.

### Referências bibliográficas

ALKMIN, Tânia M. Sociolinguística (parte I). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, V.1, 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-47.

AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira*. São Paulo : Casa editora “O Livro”, 1920.

CASTRO, Vandersí Sant’ana. *A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas lingüísticos regionais brasileiros*. Tese de doutoramento. Campinas/ SP: Unicamp, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura e linguagem.*, 4ªed. São Paulo: Edições Quíron, 1986.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8ªed., São Paulo: Ática, 2004.  
GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3ªed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

ILARI, Rodolfo ; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Lingüística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KOCH, Ingedore V. *A inter-ação pela linguagem*. 6ªed., São Paulo: Contexto, 2001.

LABOV, William. *Sociolinguistique*. Paris: Les éditions De Minuit, 1976.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MEGALE, Heitor (org.) *Filologia bandeirante* .São Paulo: Humanitas, 2000.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

RODRIGUES, Ângela C. S. O português popular em São Paulo. In: OLIVEIRA, Marilza (org.). *Língua portuguesa em São Paulo: 450 anos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana*: traços de língua antiga preservados no Brasil. Tese de Doutorado. SP: USP, 2000.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola*. São Paulo: Ática, 1986.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2ªed., São Paulo: Hucitec, 1989.

YAGUELLO, Marina. Não mexe com a minha língua. In : Bagno, Marcos (org) . *Norma linguística*. São Paulo: edições Loyola, 2001.

---

<sup>1</sup> Segundo Labov (1976, p.37), os estudos lingüísticos deveriam estar sempre ligados ao seu contexto social, não admitindo assim uma ciência da linguagem que não fosse social: “Pedant des années, je me suis refusé à parler de *sociolinguistique*, car ce terme implique qu’il pourrait exister une théorie ou une pratique linguistiques fructueuses qui ne seraient pas sociales (...)” .

<sup>2</sup> NURC (Norma Urbana Culta), PGPF (Projeto Gramática do Português Falado), PHPB (Para a História do Português Brasileiro), todos sob coordenação do professor Ataliba Teixeira de Castilho. O projeto Filologia Bandeirante, sob coordenação do professor Heitor Megale, consiste em documentar e descrever aspectos lingüísticos do português na área indicada, propiciando aos estudiosos da língua um *corpus* cientificamente preparado para seu estudo, com a hipótese de que a língua ali documentada apresenta traços do português do tempo dos bandeirantes.

<sup>3</sup> Seguindo a hipótese de arcaicidade do português falado em algumas regiões do Brasil estão os trabalhos de Megale (2000) e Santiago-Almeida (2000). Por outro lado o trabalho de Naro & Scherre (2007) segue a perspectiva de que o português brasileiro traz características de algumas regiões de Portugal.

<sup>4</sup> Rodrigues (2006, p.88): “ O erro é, por definição, tudo o que não está de acordo com as regras dessa norma de prestígio, a partir da qual se definem critérios de correção lingüística. O erro é, simplesmente, aquilo que, num determinado momento, “não se deve dizer”, o que não impede que, num outro momento, um erro possa a transformar-se em regra de comportamento verbal socialmente aceita.”